

A low-angle photograph of a modern skyscraper with a glass facade, set against a clear blue sky. The building's grid-like structure of windows and frames is prominent. The sky is a deep, clear blue with a few wispy clouds near the horizon. The overall composition is clean and professional, suitable for a corporate financial report cover.

**Construtor de
Vendas S.A.
Demonstrações
financeiras**

31 de dezembro de
2023 e 2022

Razão Social: Construtor de Vendas S.A.

CNPJ: 11.224.696/0001-56

NIRE: 28200448891

Avenida José Conrado de Araújo, 731 – Rosa Elze (S/3
Bl/3)

São Cristóvão

CEP 49.100-000 – São Cristóvão/SE



Conteúdo.

Informações da Companhia	2
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e mensuração	12
3 Políticas contábeis materiais	13
4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	23
5 Contas a receber de clientes	23
6 Impostos a recuperar	25
7 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	25
8 Outros créditos	25
9 Investimentos	25
10 Imobilizado e Intangível	26
11 Fornecedores	27
12 Obrigações e provisões trabalhistas	27
13 Obrigações tributárias	27
14 Outras obrigações	28
15 Partes relacionadas	28
16 Patrimônio líquido	29
17 Receita líquida de vendas	30
18 Custos dos serviços prestados	31
19 Despesas com vendas	31
20 Despesas gerais e administrativas	31
21 Outras receitas operacionais	32
22 Outras despesas operacionais	32
23 Resultado financeiro líquido	32
24 Imposto de renda e contribuição social	32
25 Benefícios fiscais	33



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Construtor de Vendas S.A.**

São Cristóvão/SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Construtor de Vendas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Construtor de Vendas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 10 de maio de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa

Contador CRC PR-054199/O-0

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.543.243	653.426	2.701.927	653.426
Aplicações financeiras	4	-	1.699.227	-	1.699.227
Contas a receber de clientes	5	764.690	569.465	764.690	569.465
Impostos a recuperar	6	5.133	4.121	5.133	4.121
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	872.756	12.016	872.965	12.016
Outros créditos	8	121.673	664.079	121.729	664.079
Total do ativo circulante		4.307.495	3.602.334	4.466.444	3.602.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.2	205.513	-	205.513	-
Investimentos	9	391.062	-	25.661	-
Imobilizado	10.1	664.466	618.563	664.466	618.563
Intangível	10.2	-	-	397.500	-
Total do ativo não circulante		1.261.041	618.563	1.293.140	618.563
Total do Ativo		5.568.536	4.220.897	5.759.584	4.220.897

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fornecedores	11	237.969	243.950	239.219	243.950
Obrigações e provisões trabalhistas	12	1.895.757	1.464.052	1.941.745	1.464.052
Obrigações tributárias	13	246.452	108.187	246.516	108.187
Dividendos a pagar		-	133.111	-	133.111
Outras obrigações	14	47.360	1.105	47.360	1.105
Total do passivo circulante		2.427.538	1.950.405	2.474.840	1.950.405
Patrimônio líquido	16				
Capital social		1.630.047	1.630.047	1.630.047	1.630.047
Reservas		1.510.951	640.445	1.654.697	640.445
Total do patrimônio líquido		3.140.998	2.270.492	3.284.744	2.270.492
Participação de controladores		-	-	3.140.998	-
Participação dos não controladores		-	-	143.746	-
Total do passivo e patrimônio líquido		5.568.536	4.220.897	5.759.584	4.220.897

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	17	21.781.517	14.585.902	21.787.760	14.585.902
Custo dos serviços prestados	18	(9.743.203)	(7.594.802)	(10.111.872)	(7.594.802)
Lucro bruto		12.038.314	6.991.100	11.675.888	6.991.100
Despesas com vendas	19	(2.080.687)	(1.182.884)	(2.084.787)	(1.182.884)
Despesas gerais e administrativas	20	(6.753.104)	(4.750.721)	(6.792.580)	(4.750.721)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber		(361.471)	(325.285)	(361.471)	(325.285)
Equivalência patrimonial		(249.600)	-	-	-
Outras receitas operacionais	21	125.063	-	125.063	-
Outras despesas operacionais	22	(43.719)	(8.432)	(43.941)	(8.432)
Lucro operacional		2.674.796	723.778	2.518.172	723.778
Receitas financeiras	23	495.749	149.237	496.768	149.237
Despesas financeiras	23	(74.250)	(60.184)	(74.899)	(60.184)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.096.295	812.831	2.940.041	812.830
Imposto de renda e contribuição social	24	(158.900)	(252.363)	(158.900)	(252.363)
Lucro líquido do exercício		2.937.395	560.468	2.781.141	560.468
Resultado líquido atribuível a					
Controladores		-	-	2.937.395	-
Não controladores		-	-	(156.254)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	2.937.395	560.468	2.781.141	560.468
Resultado abrangente do exercício	2.937.395	560.468	2.781.141	560.468
Sócios controladores	-	-	2.937.395	-
Sócios não controladores	-	-	(156.254)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Atribuível aos controladores					Total
	Capital social	Reservas		Total controladora	Participação de não controladores	
		Legal	de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.630.047	17.208	180.399	1.827.654	-	1.827.654
Lucro líquido do exercício	-	-	560.468	560.468	-	560.468
Reserva legal	-	28.023	(28.023)	-	-	-
Outras movimentações	-	-	15.481	15.481	-	15.481
Dividendos (nota 15.2)	-	-	(133.111)	(133.111)	-	(133.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.630.047	45.231	595.214	2.270.492	-	2.270.492
Lucro líquido do exercício	-	-	2.937.395	2.937.395	(156.254)	2.781.141
Reserva legal	-	146.870	(146.870)	-	-	-
Aumento de capital social por não controladores	-	-	-	-	300.000	300.000
Dividendos (nota 15.2)	-	-	(2.066.889)	(2.066.889)	-	(2.066.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.630.047	192.101	1.318.850	3.140.998	143.746	3.284.744

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Lucro líquido do exercício	2.937.395	812.831	2.781.141	812.831
Ajustes para:				
Depreciação	135.127	114.113	135.127	114.113
Provisão de perdas no recebimento de créditos	(70.834)	325.285	(70.834)	325.285
Resultado da equivalência patrimonial	249.600	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	158.900	-	158.900	-
	3.410.188	1.252.229	3.004.334	1.252.229
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(124.391)	(434.286)	(124.391)	(434.286)
Impostos a recuperar	(861.752)	(1.640)	(861.961)	(1.640)
Outros créditos	(57.594)	(755)	(57.649)	(755)
	(1.043.737)	(436.681)	(1.044.001)	(436.681)
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	(5.981)	33.613	(4.731)	33.613
Obrigações e provisões trabalhistas	431.705	545.595	477.693	545.595
Obrigações tributárias	138.265	44.269	138.329	44.269
Outras obrigações	46.255	(6.495)	46.255	(6.495)
	610.244	616.982	657.546	616.982
Recursos provenientes das atividades operacionais	2.976.695	1.432.530	2.617.879	1.432.530
Imposto de renda e contribuição social pagos	(364.414)	(263.733)	(364.414)	(263.733)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	2.612.281	1.168.797	2.253.465	1.168.797
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	1.699.227	(119.653)	1.699.227	(119.653)
Aquisição de ativo imobilizado	(181.030)	(220.874)	(181.030)	(220.874)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(397.500)	-
Aporte inicial de capital em controlada na controladora / aquisições de outros investimentos no consolidado	(640.661)	-	(25.661)	-
Recursos líquidos (aplicados nas) proveniente das atividades de investimentos	877.536	(340.527)	1.095.036	(340.527)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos (nota 15.2)	(1.600.000)	(600.000)	(1.600.000)	(600.000)
Aumento de capital social em controlada por não controladores	-	-	300.000	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(1.600.000)	(600.000)	(1.300.000)	(600.000)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.889.817	228.270	2.048.501	228.270
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	653.426	425.156	653.426	425.156
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.543.243	653.426	2.701.927	653.426
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.889.817	228.270	2.048.501	228.270

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Constituída em 15 de outubro de 2009 como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, a Construtor de Vendas S.A. (“CV” ou “Companhia”) tem capital fechado. A Companhia tem sua sede social localizada no município de São Cristóvão, no estado de Sergipe, na Avenida José Conrado de Araújo, 731 – Rosa Elze (S/3 Bl/3) CEP 49.100-000.

A Companhia tem como objeto social (i) prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas de computação; (ii) consultoria e treinamento; (iii) agência de notícias; (iv) reprodução de software em qualquer suporte; (v) tratamento de dados e provedores de serviços de aplicação; (vi) serviços de hospedagem na internet; (vii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis.

O CV é o principal CRM do mercado imobiliário e o único 5.0 do Brasil, atuando em todas as frentes do segmento: pré-venda, venda, pós-venda, gestão e ecossistema. Oferece uma plataforma pioneira com foco na experiência do cliente e na produtividade de vendas.

As soluções desenvolvidas pelo CV são comercializadas no mercado nacional e faz parte do Ecossistema Tecnológico da Indústria da Construção, desenvolvido pela Softplan, uma das maiores companhias de tecnologia do Brasil. A Controladora detém participação acionária nas seguintes empresa:

	Participação acionária		Tipo	País
	2023	2022		
Avendre Tecnologia Imobiliária Ltda.	61,50%	-	Controlada direta	Brasil

2 Base de preparação e mensuração

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 10 de maio de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia em suas empresas controladas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Em 2023, para fins comparativos do consolidado a Companhia apresenta os saldos da Controladora de 2022 em função de obter este controle em 2023. O percentual de participação da Companhia nestas controladas é demonstrada conforme segue:

	Participação	
	2023	2022
Avendre Tecnologia Imobiliária Ltda.	61,50%	-

A Companhia mensura os componentes da participação de não controladores nas adquiridas que representem instrumentos patrimoniais e confirmam a seus detentores uma participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida em caso de sua liquidação.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados ([nota 10](#));
- (ii) Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ([nota 24](#));
- (iii) A identificação e valorização da provisão para litígios;
- (iv) A determinação da vida útil dos ativos imobilizados ([nota 3.2](#));
- (v) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos ([nota 3.3](#)); e
- (vi) Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ([nota 5.2](#)).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Imóveis	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou

UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias a contar da data de encerramento das demonstrações financeiras.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social – Correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como

ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas nos dois exercícios apresentados:

Imposto/Contribuição	Alíquota
PIS Programa de Integração Social	0,65%
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

3.7 Demonstrações dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita de vendas

A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos

sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

(i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a. IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui

reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguros (CPC 11), emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

b. Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis

As principais alterações incluem:

- Exigir que as companhias divulguem suas políticas contábeis relevantes em vez de suas políticas contábeis significativas;
- Esclarecer que as políticas contábeis relacionadas a transações imateriais, outros eventos ou condições são imateriais e, como tal, não precisam ser divulgadas;
- Esclarecer que nem todas as políticas contábeis são relevantes para as demonstrações financeiras de uma companhia.

c. Alterações ao CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativa contábil

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contábeis: esclarecem o que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração, àquelas que surgem quando os valores monetários em relatórios financeiros não podem ser observados diretamente e devem ser estimados. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma estimativa contábil inclui:

- Selecionar uma técnica de medição (estimativa ou técnica de avaliação);
- Escolher as entradas a serem usadas ao aplicar a técnica de medição escolhida.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

d. Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações específicas à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento, esclarecem como as companhias devem contabilizar os impostos diferidos sobre determinadas transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração.

As alterações aplicam-se aos períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

e. Reforma tributária internacional – (alterações do CPC 32/IAS 12)

À medida que as jurisdições se preparam para alterar suas leis fiscais para introduzir o imposto adicional mínimo global em linha com as regras do modelo GloBE, as partes interessadas questionam como contabilizar as alterações ao abrigo das Normas do IFRS. Nesse sentido, o International Accounting Standards Board (IASB) alterou a IAS 12 para:

- fornecer uma isenção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para impostos complementares; e
- exigir que as companhias forneçam novas divulgações para compensar a potencial perda de informações resultantes de isenção.

A obrigatoriedade de fornecer nas suas demonstrações financeiras as novas divulgações é a partir de 31 de dezembro de 2023.

f. Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

De acordo com as alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, a classificação de determinados passivos como correntes ou não correntes pode mudar (por exemplo, dívida convertível). Além disso, as companhias podem necessitar novas divulgações para passivos sujeitos a cláusulas restritivas.

As alterações serão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2024. No entanto, as companhias precisam considerar se suas próximas demonstrações financeiras terão de incluir divulgações ao abrigo da IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros dos possíveis impactos futuros.

g. Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16)

As alterações à IFRS 16 – Locações afetam a forma como um vendedor-arrendatário contabiliza os pagamentos de locação que surgem numa transação de venda e relocação. As alterações introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis e exigirão que os vendedores-arrendatários reavaliem e potencialmente expressem novamente as transações de venda e realocação celebradas desde 2019.

As alterações são aplicáveis para exercícios anuais em ou após 1 de janeiro de 2024.

h. Acordos de financiamentos de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem requisitos adicionais de divulgação para companhias que celebram acordos de financiamentos de fornecedores. Contudo, não abordam a classificação e apresentação dos passivos e fluxos de caixa relacionados.

As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação – um na IAS 7 e outro na IFRS 7 – para uma companhia fornecer informações sobre os seus acordos de financiamentos de fornecedores que permitiriam aos utilizadores (investidores) avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da companhia, e a exposição da companhia ao risco de liquidez.

As alterações entram em vigor para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024.

3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar

liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

3.10.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Caixa, equivalente de caixa e aplicações	2.543.243	2.352.653	2.701.927	2.352.653
Contas a receber de clientes	764.690	569.465	764.690	569.465
	3.307.933	2.922.118	3.466.617	2.922.118
Passivos financeiros				
Fornecedores	(237.969)	(243.950)	(239.219)	(243.950)
	3.069.964	2.678.168	3.227.398	2.678.168

3.10.2 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros ([nota 3.14.1](#)) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	Menos de um ano
Passivos financeiros	
Em 31 de dezembro de 2023	
Fornecedores	237.969
Em 31 de dezembro de 2022	
Fornecedores	243.950

3.10.3 Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

3.10.4 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

3.10.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

3.10.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente;
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo;

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas correntes	741.695	653.426	741.695	653.426
Aplicações financeiras até 90 dias	1.801.548	-	1.960.232	-
	2.543.243	653.426	2.701.927	653.426

4.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas (com lastro em debêntures), com rendimentos que variam entre 100% e 101% do CDI. As aplicações financeiras com vencimento imediato são conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras que possuem risco insignificante de mudança de valor e que não possuem carência foram classificadas como equivalentes de caixa.

4.1.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aplicações financeiras acima de 90 dias	-	1.699.227	-	1.699.227
	-	1.699.227	-	1.699.227

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de depósitos bancários (CDB) e operações compromissadas (com lastro em debêntures), com rendimentos que variam entre 100% e 101% do CDI (95% e 100% em 2021). Sua modalidade de aplicação possui restrições quanto ao prazo de resgate, por isso, segregado dos equivalentes de caixa, não atendendo dessa forma aos critérios para seu resgate.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Receitas faturadas	1.019.141	894.750
(-) Perda esperada com créditos	(254.451)	(325.285)
	764.690	569.465

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas.

5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Aging list		
A vencer	226.486	119.490
Vencidos:	538.204	449.975
De 1 a 30 dias	383.874	253.738
De 31 a 60 dias	78.472	117.583
De 61 a 90 dias	31.486	39.823
De 91 a 180 dias	40.984	22.350
De 181 a 360 dias	236.284	341.766
Acima de 360 dias	21.555	-
Provisão para perdas esperadas com créditos (PEC)	(254.451)	(325.285)
	764.690	569.465

5.2 Perda esperada com créditos (PEC):

	Controladora / Consolidado
Saldo PCLD 2021	-
Entradas	(325.285)
Saídas	-
Saldo PCLD 2022	(325.285)
Entradas	(254.924)
Saídas	325.758
Saldo PCLD 2023	(254.451)

Os critérios para constituição da PEC são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

Os critérios para constituição de PEC são segmentados por setor de atuação da Companhia. Para o setor privado é constituído PEC para os títulos vencidos acima de 90 dias e para os clientes do setor público, adota-se como critério para o reconhecimento da PEC os títulos vencidos acima de 180 dias.

Em 2023 a companhia reconheceu R\$ 432.305 de perda efetiva com clientes, oriundas de recebíveis que não têm mais a possibilidade de recuperação.

6 Impostos a recuperar

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
ISS retido na fonte	-	4.121
PIS retido na fonte	907	-
COFINS retido na fonte	4.226	-
	5.133	4.121

7 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ	645.942	9.089	646.151	9.089
CSLL	226.814	2.927	226.814	2.927
	872.756	12.016	872.965	12.016

Referem-se aos créditos de imposto de renda e contribuição social retidos na fonte do ano corrente e créditos de imposto de renda e contribuição social a compensar de exercícios anteriores, bem como pagamentos das estimativas do ano corrente.

8 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	22.493	6.722	22.549	6.722
Adiantamento a funcionários	98.580	56.252	98.580	56.252
Adiantamento de lucros (nota 15.2)	-	600.000	-	600.000
Seguros	600	1.105	600	1.105
	121.673	664.079	121.729	664.079

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cota capital Cooperativa Sicredi	25.661	-	25.661	-
Avendre Tecnologia Imobiliárias Ltda.	365.401	-	-	-
	391.062	-	25.661	-

Em maio de 2023 a Companhia constituiu a controlada Avendre Tecnologia Imobiliária Ltda., mediante aportes totais que totalizaram R\$ 615.000 em 2023, os quais se converteram em 615.000

cotas da empresa, ao valor de R\$ 1,00 cada. Os cotistas concordaram que este valor será integralmente destinado à Investida para fins de desenvolvimento do negócio.

A Controlada tem por objeto social: (i) informação na internet; (ii) agência de notícias; (iii) reprodução de software em qualquer suporte; (iv) tratamento de dados e provedores de serviços de aplicação; (v) serviços de hospedagem na internet; (vi) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis; (vii) consultoria em tecnologia da informação; (viii) intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários; e (ix) serviços de organização de eventos on line ou presenciais.

	Participação
Construtor de Vendas S.A.	61,50%
Alfama Play Soluções Digitais LTDA	33,00%
Fabrcio Schweitzer	5,50%

	Ativo	Passivo	PL	Receita	Resultado
Avendre Tecnologia Imobiliárias Ltda.	556.448	47.302	509.147	7.262	405.853

	Saldos em 31.12.2022	Aumento de capital	Compra de quotas	Equiv. Patrimonial	Saldos em 31.12.2023
Avendre Tecnologia Imobiliárias Ltda.	-	615.000	-	(249.599)	365.401
Cooperativa Sicredi	-	-	25.661	-	25.661

10 Imobilizado e Intangível

10.1 Imobilizado

	Controladora / Consolidado			
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	20%	10%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	26.310	398.787	86.705	511.802
Adições	39.720	163.612	17.542	220.874
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(4.874)	(99.273)	(9.966)	(114.113)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	61.156	463.126	94.281	618.563
Adições	29.464	147.740	3.826	181.030
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(7.694)	(116.826)	(10.607)	(135.127)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	82.926	494.040	87.500	664.466

10.2 Intangível

	Consolidado	
	Softwares	Total
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	-	-
Adições	397.500	397.500
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	397.500	397.500

11 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Assistência médica e odontológica	11.064	38.068	11.064	38.068
Computadores e periféricos	35.527	16.189	35.527	16.189
Licenças, associações e mensalidades para uso <i>software</i>	17.346	72.117	17.346	72.117
Serviços de terceiros	66.173	56.402	66.173	56.402
Servidores e data center	87.933	-	87.933	-
Outros fornecedores a pagar	19.926	61.174	21.176	61.174
	237.969	243.950	239.219	243.950

12 Obrigações e provisões trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários a pagar	456.991	391.437	489.867	391.437
INSS a recolher	94.157	145.978	94.157	145.978
FGTS a recolher	66.897	50.725	70.698	50.725
IRRF a recolher	127.485	102.071	136.796	102.071
Gratificações trabalhistas a pagar	350.000	130.000	350.000	130.000
Provisões de férias	800.227	643.841	800.227	643.841
	1.895.757	1.464.052	1.941.745	1.464.052

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS a recolher	47.984	34.293	48.004	34.293
PIS a recolher	15.169	11.196	15.182	11.196
COFINS a recolher	70.605	51.249	70.635	51.249
INSS s/ faturamento a recolher	107.446	-	107.446	-
Contribuição social a recolher	-	2.644	-	2.644
Outros impostos a recolher	5.248	5.051	5.248	5.051
	246.452	108.187	246.516	108.187

14 Outras obrigações

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Adiantamentos de clientes	528	-
Licenças, associações e mensalidades para uso <i>software</i>	16.071	-
Despesas com viagens	12.719	-
Outras despesas	17.442	-
Seguros a pagar	600	1.105
	47.360	1.105

15 Partes relacionadas

15.1 Remuneração da administração

Em 2023, foi pago a título de remuneração aos diretores da Companhia o montante de R\$ 870.480 (R\$ 842.400 em 2022).

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Número de membros	5	5
Número de membros remunerados	3	3
Valor da remuneração individual	290.160	280.800

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Remuneração	870.480	842.400
Encargos	-	220.710
	870.480	1.063.110

Em 2023, a Companhia optou pela desoneração da folha de pagamento, recolhendo a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), desta forma não há incidência de encargos por parte da Companhia.

15.2 Dividendos a pagar

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Saldo Inicial	133.111	-
Distribuição de dividendos	2.066.889	133.111
Compensação com adiantamento de dividendos	(600.000)	-
(-) Dividendos pagos	(1.600.000)	-
Saldo final	-	133.111

Os dividendos a pagar referem-se a valores destacados no ano de 2023 conforme estipulados em seu estatuto social.

16 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia é composto por recursos aportados pelos acionistas, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas que visam a manutenção do capital.

16.1 Capital social e ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Companhia era composto por 1.630.047 (um milhão, seiscentos e trinta mil, quarenta e sete) em ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, todas pertencentes a sócios domiciliados no país, distribuídas da seguinte forma:

16.2 Distribuição de lucros

O dividendo obrigatório anual é de 25% sobre o lucro líquido apurado após a constituição de reservas. Os acionistas fizeram jus ao recebimento, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

Para o exercício de 2022, o dividendo mínimo obrigatório era de R\$ 133.159, no entanto, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a administração deliberou pela destinação de dividendos obrigatórios na importância de R\$ 600.000, liquidados em 2023.

O dividendo mínimo obrigatório de 2023 foi R\$ 697.631, sendo pago antecipadamente, no entanto conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi optado por distribuir o valor de R\$ 1.600.000, uma parte em 09/2023 e outra em 12/2023.

	Controladora	
	2023	2022
Lucro líquido	2.937.395	560.468
Reserva legal (5%)	(146.870)	(28.023)
Lucro líquido ajustado após reservas	2.790.525	532.445
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	697.631	133.111

16.3 Reserva legal

A Companhia adota o percentual definido pelo Art. 193 Lei 6.404/1976 para constituição da Reserva Legal, resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre o lucro auferido do exercício, após as compensações de prejuízos acumulados. Limitada em 20% do capital social. A movimentação da Reserva Legal ocorreu conforme demonstrado:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	45.231	17.208
Constituição de reservas	146.870	28.023
Saldo Final	192.101	45.231

17 Receita líquida de vendas

A Companhia adota premissas que permitam evidenciar com clareza a natureza, o valor, a época a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. As receitas reconhecidas no resultado do exercício representam a contraprestação pecuniária decorrente da transferência de serviços prometidos a clientes que estejam comprometidos em cumprir com suas respectivas obrigações.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita com serviços prestados	24.240.392	16.234.767	24.247.392	16.234.767
Deduções da receita	(2.458.875)	(1.648.865)	(2.459.632)	(1.648.865)
Receita operacional líquida	21.781.517	14.585.902	21.787.760	14.585.902

As deduções da receita são tributos indiretos sobre o faturamento, detalhados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
INSS	(1.092.014)	(730.565)	(1.092.329)	(730.565)
COFINS	(723.445)	(487.043)	(723.695)	(487.043)
ISS	(486.670)	(325.731)	(486.810)	(325.731)
PIS	(156.746)	(105.526)	(156.798)	(105.526)
	(2.458.875)	(1.648.865)	(2.459.632)	(1.648.865)

18 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos com pessoal	(6.857.673)	(5.145.216)	(7.217.299)	(5.145.216)
Serviços de terceiros	(1.002.034)	(842.855)	(1.002.034)	(842.855)
Licenças, assoc. e mensalidades para uso de <i>software</i>	(1.716.536)	(1.232.164)	(1.721.413)	(1.232.164)
Demais custos	(166.960)	(374.567)	(171.126)	(374.567)
	(9.743.203)	(7.594.802)	(10.111.872)	(7.594.802)

19 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Assessoria e consultoria	(17.492)	-	(21.592)	-
Comissões sobre vendas	(2.063.195)	(1.182.884)	(2.063.195)	(1.182.884)
	(2.080.687)	(1.182.884)	(2.084.787)	(1.182.884)

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	(4.774.560)	(3.694.145)	(4.777.490)	(3.694.145)
Despesas com instalações físicas	(284.045)	(231.354)	(284.045)	(231.354)
Despesas com TI e comunicação	(37.538)	(42.580)	(38.884)	(42.580)
Despesas com viagens	(300.687)	(277.317)	(300.687)	(277.317)
Despesas com serviços de terceiros	(234.045)	(18.574)	(269.245)	(18.574)
Depreciação	(135.127)	(114.113)	(135.127)	(114.113)
Outras despesas administrativas	(987.102)	(372.638)	(987.102)	(372.638)
	(6.753.104)	(4.750.721)	(6.792.580)	(4.750.721)

21 Outras receitas operacionais

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Outras receitas	85.063	-
Verba de patrocínio	40.000	-
	125.063	-

22 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas tributárias	(43.719)	(8.432)	(43.941)	(8.432)
	(43.719)	(8.432)	(43.941)	(8.432)

23 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	424.461	95.836	425.480	95.836
Juros ativos	69.255	49.833	69.255	49.833
Descontos obtidos	2.033	3.568	2.033	3.568
	495.749	149.237	496.768	149.237
Despesas financeiras				
Despesas com tarifas bancárias	(35.709)	(23.917)	(36.352)	(23.917)
Juros/multas	(10.790)	(4.468)	(10.796)	(4.468)
IOF	(20.034)	(19.724)	(20.034)	(19.724)
Descontos concedidos	(7.717)	(12.075)	(7.717)	(12.075)
	(74.250)	(60.184)	(74.899)	(60.184)
Resultado financeiro líquido	421.499	89.053	421.869	89.053

24 Imposto de renda e contribuição social

24.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	3.345.895	812.830
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(1.137.604)	(276.362)
(Adições) e exclusões permanentes		
Incentivos fiscais	994.689	-
Outras adições e exclusões	(91.163)	-
Compensação de prejuízo fiscal	-	23.999
Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	44.200	-
Benefícios fiscais (PAT)	30.978	-
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(158.900)	(252.363)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(364.413)	(252.363)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	205.513	-
Taxa efetiva	6%	31%

24.2 Composição dos tributos diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	Controladora
	2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	254.451
Provisão de Gratificações Trabalhistas a pagar	350.000
Imposto de renda e contribuição social diferido líquidos	34%
Ativo Fiscal diferido	205.513

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante.

25 Benefícios fiscais

A Companhia detém benefícios fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) através da Lei do Bem.

25.1 Lei do bem

Benefício baseado na Lei n.º Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática e abater diretamente da base do Imposto de Renda, desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica e submeta relatório anual para validação anual do MCTI. Em 2023 da Companhia investiu em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 3.656.945. A demonstração do benefício gerado referente ao montante investido está detalhada abaixo:

	Controladora
	2023
Serviços em projetos de Lei do Bem	3.656.945
Incremento	80%
Total investido em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento	2.925.556
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%
Benefício fiscal	994.689



Conhecimento
e tecnologia que
transformam.